

O território usado pelo turismo no Rio Grande do Norte

José Alexandre Berto de Almada

Resumo

O Litoral Norte, uma das regiões internas do Polo Costa das Dunas, é composto por sete municípios. A sua atividade turística é um desdobramento direto do turismo desenvolvido em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Levando em consideração a atividade turística no Litoral Norte, o presente artigo tem como objetivo identificar a evolução econômica do turismo e sua contribuição para a organização do espaço (a região e seus municípios) a partir da participação do Estado, do mercado e dos turistas. A partir do número de empregos e empresas turísticas, contratos de repasses e demanda turística, apresenta-se e se aplica o Índice de Território Usado pelo Turismo com vistas a estabelecer um quadro comparativo entre os sete municípios do Litoral Norte e avaliar o nível de território usado por essa atividade, bem como sua contribuição para o desenvolvimento econômico municipal. Os resultados mostram que o território usado pelo turismo na região do Litoral Norte não se materializa de forma homogênea, sendo mais importante para o desenvolvimento econômico para alguns pontos do território e inexpressiva para outros.

Palavras-chave | Geografia do turismo; Índice de Território Usado pelo Turismo; Litoral Norte; Rio Grande do Norte; território usado.

Classificação JEL | J21 L83 O18

The used territory by tourism in Rio Grande do Norte

Abstract

The Litoral Norte, one of the internal regions of the Polo Costa das Dunas, is composed of seven municipalities. Its tourist activity is a direct development of tourism in the state capital, Natal, the concentrated area of tourism in this area and in Rio Grande do Norte. Considering the tourist activity in the Litoral Norte, this article aims to identify the economic evolution of tourism and its contribution to the organization of space and territory for this region, and its municipalities, based on the participation of the State, the Market and Tourists. The second part, based on the variable number of jobs and tourist companies, onlending contracts and tourist demand, presents and applies the Index of Used Territory by Tourism (IUTI) to

establish a comparative table between the seven municipalities of the North Coast to assess the level of territory used by this activity, as well as its contribution to municipal economic development. The territory used by tourism for the North Coast region does not materialize in a homogeneous way, being more important for economic development for some points of the territory and completely inexpressive for others.

Keywords | Index of Used Territory by Tourism; North Coast; Rio Grande do Norte; tourism geography; used territory.

JEL Classification | J21 L83 O18

El territorio utilizado por el turismo en el Rio Grande do Norte

Resumen

El Litoral Norte, una de las regiones internas del Polo Costa das Dunas, está compuesta por siete municipios. La actividad turística es un desarrollo directo del turismo practicado en Natal, capital del estado de Rio Grande do Norte. Considerando la actividad turística en el Litoral Norte, el presente artículo tiene como objetivo identificar la evolución económica del turismo y su contribución a la organización del espacio (la región y sus municipios) a partir de la participación del Estado, del mercado y de los turistas. A partir del número de empleos y empresas turísticas, contratos de traspasos y demanda turística, se presenta y se aplica el Índice de Territorio Utilizado por el Turismo con el fin de establecer un cuadro comparativo entre los siete municipios del Litoral Norte y evaluar el nivel de territorio utilizado por esta actividad, así como su contribución al desarrollo económico municipal. Los resultados muestran que el territorio utilizado por el turismo en la región del Litoral Norte no se materializa de manera homogénea, siendo más importante para el desarrollo económico para algunos puntos del territorio e inexpressiva para otros.

Palabras clave | Geografía turística; Índice de Territorio Utilizado por el Turismo; Litoral Norte; Río Grande do Norte; territorio utilizado.

Clasificación JEL | B24 O21 R58

Introdução

O turismo enquanto atividade econômica necessita de um produto para completar o ciclo de circulação e consumo. Porém, essas etapas se realizam no próprio lugar turístico, uma vez que a circulação não é da mercadoria, mas do consumidor. Nessa perspectiva, o território usado pelo turismo ocorre pela presença simultânea no lugar da demanda, composta tanto por visitantes nacionais quanto internacionais, e pela oferta turística derivada, que são as empresas envolvidas.

O Estado também está presente no território usado pelo turismo, na oferta original, participando na construção da imagem turística do lugar, uma vez que “ele poderá

impor uma marca de excelência em seu produto turístico, diferenciando-o daquele do vizinho.” (BENI, 2001, p. 163). Sendo assim, a oferta original são as qualidades naturais e culturais inerentes à revalorização do lugar a partir do movimento de fetichização da paisagem, que, segundo Silveira (2002), é um novo conjunto de valores morais e estéticos que se oferecem como algo que precisa ser conhecido pessoalmente para satisfazer alguma vontade de consumo.

A transição entre a descoberta, do aventureiro pioneiro e a viagem, do turista em massa, está na oferta derivada, pois é somente quando o mercado, por meio das empresas de turismo, se interessa pelo lugar que ele se torna atrativo, e o produto turístico, enquanto potência a ser concretizada no momento do consumo, é finalizado.

Outra forma do Estado participar no território usado pelo turismo é na proposição de políticas públicas visando financiar a atividade diretamente, com linhas de crédito e subsídios às empresas de turismo, ou, indiretamente, com o financiamento da infraestrutura necessária para a realização dessa atividade, como:

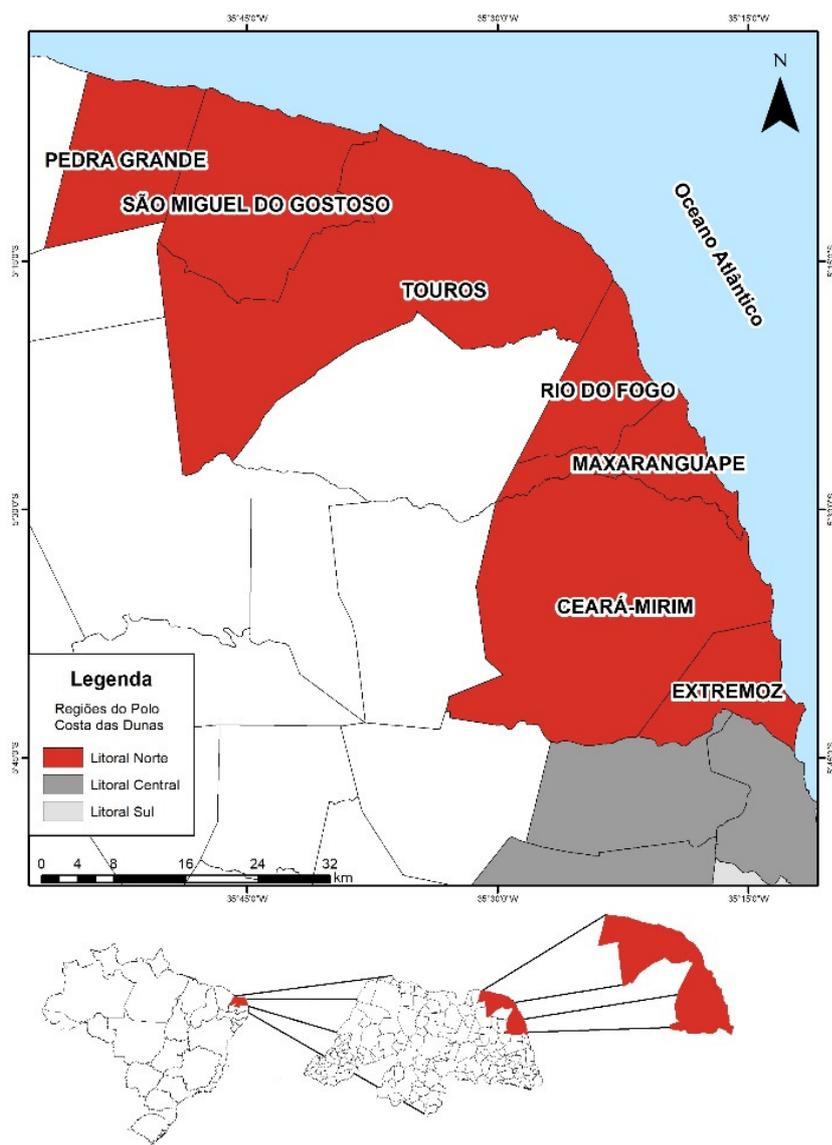
infraestrutura e equipamentos urbanos diretamente relacionados às atividades turísticas; infraestrutura de acesso e de mobilidade, tais como estradas turísticas, ferrovias, pontes, rodovias, túneis e viadutos, orlas fluviais, lacustres e marítimas; infraestrutura e saneamento básico (tratamento de água, sanitário e de resíduos sólidos); terminais rodoviários, ferroviários, aeroviários, fluviais, lacustres e marítimos; edificações de uso público destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas de memória, centros de convenções, centros de apoio ao turista, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e mirantes públicos; restauração de edifícios, monumentos e conjuntos históricos; e elaboração de projetos de infraestrutura turística (MTUR, 2018, n.p.).

No contexto do Rio Grande do Norte, o Polo Costa das Dunas, situado no litoral leste do estado entre os municípios de Pedra Grande, mais ao norte, e Baía Formosa, ao sul, é a região concentrada do turismo no estado, ao levar-se em consideração o número de meios de hospedagem e o fluxo turístico (ALMADA, 2019). Porém, esse polo não é uma área homogênea. Almada (2020) propôs uma divisão interna a partir de variáveis sociais, econômicas e turísticas, com três regiões: Litoral Sul, Litoral Central e o Litoral Norte. Sendo esta última a que apresenta os piores indicadores nas variáveis elencadas para a regionalização do Polo Costa das Dunas.

O Litoral Norte, que é composto pelos municípios de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim e Extremoz, conforme destaca o Mapa 1, tem a sua atividade turística como um desdobramento direto do turismo desenvolvido na capital, Natal. A área concentrada do turismo não só para o Polo Costa das Dunas (PCD), mas para o estado como um todo,

consequência da ação direta do estado por meio das políticas públicas do Megaprojetos, ainda nos anos 1980, e principalmente do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo/NE (PRODETUR), no começo da década de 1990.

Mapa 1 – Localização do Litoral Norte no estado do Rio Grande do Norte em 2020



Fonte: Elaboração própria.

Para o Litoral Norte, Fonseca e Zaar (2019) destacam que essa porção do polo emerge como terceira destinação turística na primeira década do século XXI, considerando Natal como primeira, nos anos 1980, e Tibau do Sul como a segunda,

em 1990, evidenciando o papel da internacionalização do turismo a partir “de investimentos imobiliários internacionais, bem como inversores individuais estrangeiros que passam a adquirir imóveis.” (FONSECA; ZAAR, 2019, p. 71).

Em relação à atividade turística praticada no Litoral Norte – uma das regiões internas do Polo Costa das Dunas – o presente artigo tem como objetivo identificar a evolução econômica do turismo e sua contribuição para a organização do espaço e do território desta região e de seus municípios. Bem como a participação do Estado, por meio dos repasses para o setor; do mercado, identificado pelas empresas e empregos turísticos; e turistas, pela composição da demanda nacional e internacional. Assim, buscando compreender o atual papel desta atividade econômica para o desenvolvimento municipal.

A primeira parte deste artigo discute a evolução econômica do território usado pelo turismo no Litoral Norte, com o objetivo de analisar os indicadores econômicos da atividade turística para região e municípios, admitindo PRODETUR/NE, sobretudo a sua segunda fase, como o vetor para esta atividade entre o período de 2001 e 2019.

Para a análise recorreu-se a três banco de dados. O primeiro contém os dados do Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor), do Ministério do Turismo, no qual destaca a atuação do poder público no repasse e investimentos públicos na melhoria da oferta original dos municípios entre os anos de 2000-2017. O segundo, o banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), do Ministério do Trabalho, no qual foram consultadas informações sobre as empresas e empregos turísticos, levando em consideração os anos de 2006-2018, destacando as variáveis número de negócios, empregados, tamanho da empresa por número de vínculos por município do Litoral Norte. O último banco de dados também pertence ao Ministério do Turismo, justamente o Mapa do Turismo Brasileiro, que reúne informações da classificação por *cluster*, entre elas, foram considerados os dados da demanda nacional e internacional para o período de 2016-2019.

Na segunda parte, a partir das variáveis do número de empregos e empresas turísticas, contratos de repasses e demanda turísticas, apresenta-se e aplica-se o Índice de Território Usado pelo Turismo (ITUT) com objetivo de estabelecer um quadro comparativo entre os sete municípios do Litoral Norte para avaliar o nível de território usado por essa atividade, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento econômico municipal.

Além da consulta a fonte de dados secundários, foi realizada uma visita de campo entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019 em todos os municípios que compõem o Litoral Norte com intuito de validar os dados obtidos pelo Índice de Território Usado pelo Turismo além de coletar dados primários que foram utilizados para analisar a rede de lugares turísticos do Litoral Norte, publicado em Almada (2023), no qual detalha a metodologia utilizada no trabalho de campo.

A evolução econômica do território usado pelo turismo no Litoral Norte

Na gênese do lugar turístico está o evento, algo que possibilitou a refuncionalização dos elementos constituintes do lugar em uma demanda turística original enquanto possibilidade, uma intenção em desenvolver naquele ponto do espaço uma atividade turística. Tendo em vista que apenas a praia, o mar, a lagoa e as dunas (no caso do Litoral Norte) por si não bastam para que o lugar se torne turístico, é preciso que um novo conjunto de objetos e ações para conferir o sentido de turístico.

A praia e o mar, antes de serem valorizados para o uso recreativo, escalonados como produtos turísticos nos catálogos de agências de viagem, tinham como função primeira servir de meio de subsistência para pescadores que ocupavam o litoral dos municípios do Litoral Norte (ALMADA, 2015; BARBOSA, 1996; COSTA; FONSECA, 2019; MATIAS; CARVALHO; SOUSA, 2016; OLIVEIRA; SILVA, 2016; SILVA; FERREIRA; AMARAL, 2009).

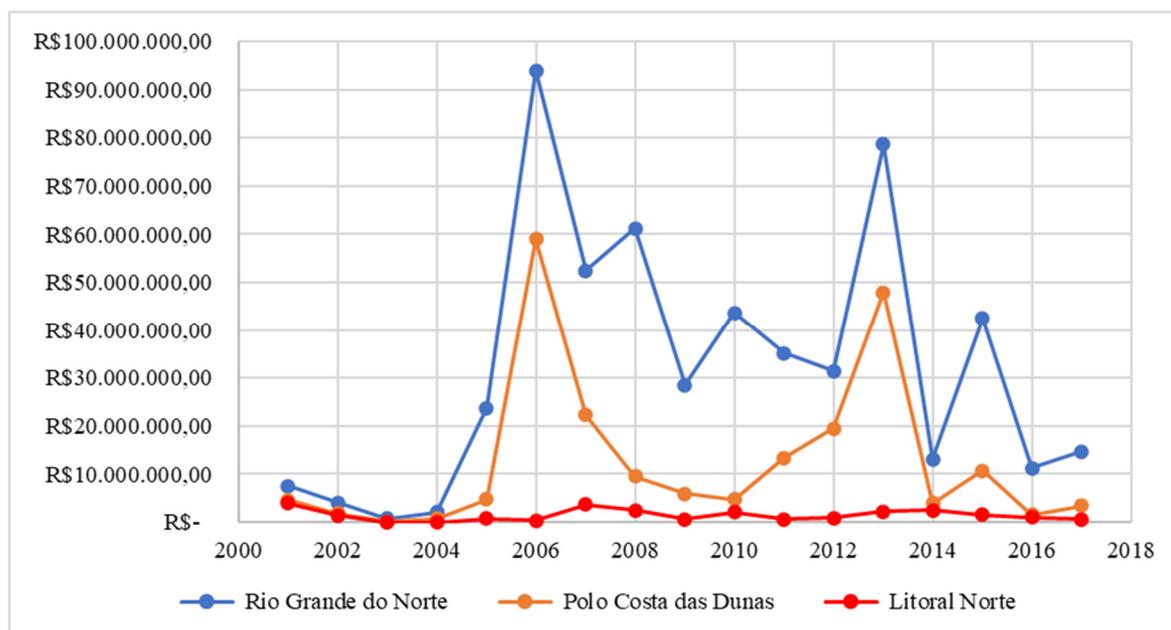
Em relação à importância econômica do turismo, Cruz (2020, p. 1) destaca que essa atividade deve ser considerada enquanto “[...] movimento mais amplo de transformações do modo de produção capitalista e de suas subsequentes crises, que atingem diretamente o setor produtivo”. Nesse sentido, quanto maior a participação do turismo em um dado lugar, mais rápido é a substituição das atividades da pesca artesanal como principal atividade econômica pelas empresas de turismo, reorganizando o espaço em função do território usado pelo turismo.

No cerne dessa transformação do espaço pelo turismo está o Estado, no qual, por meio de políticas públicas, financia a materialização dessa atividade no território, com subsídios ou linhas de crédito especiais para as empresas do setor, e, principalmente, na implementação de infraestrutura necessária para ampliar a mobilidade e a atratividade dos turistas.

O Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (SIACOR) coleta as informações geradas pelo banco Caixa Econômica Federal sobre os contratos de repasse aplicados ao turismo. Trata-se de um instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, em relação ao turismo o mandatário é o Ministério do Turismo (MTUR) (IPEA, 2020).

No período de 2001 a 2017, o Rio Grande do Norte recebeu R\$ 544,5 milhões em repasses, desses R\$ 213,7 milhões, equivalente a 39,2% dos repasses, foram destinados ao Polo Costa das Dunas. O Litoral Norte recebeu R\$ 24,9 milhões, correspondendo a 4,6% de todos os repasses recebidos pelo estado e 11,6% em relação ao valor recebido pelo polo (BRASIL, 2018). O Gráfico 1 mostra a evolução dos repasses, em relação ao Rio Grande do Norte, PCD e Litoral Norte.

Gráfico 1 – Evolução dos repasses do Siacor no Rio Grande do Norte de 2001 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2018).

Para o Rio Grande do Norte, representado pela linha azul no Gráfico 1, entre 2001 e 2004, os repasses ficaram abaixo dos R\$ 10 milhões, passando a aumentar a partir de 2005 e atingindo o ápice no período investigado, em 2006. O estado recebeu R\$ 93,9 milhões entre 2007 e 2012, ficando abaixo do registrado em comparação a 2006 e com oscilações, com uma média para o intervalo de R\$ 42 milhões por ano, seguido de aumento considerável em 2013, com R\$ 78,6 milhões. Após o segundo maior repasse da série histórica, em 2014, ocorre uma queda brusca, alcançando o patamar de R\$ 13,1 milhões, com um aumento para R\$ 42,5 milhões em 2015 e finalizando abaixo dos R\$ 15 milhões nos anos de 2016 e 2017.

Os repasses para o PCD, representado pela linha laranja, seguiram a mesma tendência que os do Rio Grande do Norte, atingindo o ápice em 2006 com R\$ 58,9 milhões, porém, caindo gradativamente até o ano de 2010, que recebeu R\$ 6 milhões. A partir de 2011 até 2013 os repasses seguiram em alta, sendo este o último ano, igualmente ao estado, o com segundo maior repasse para o polo, com R\$ 47,9 milhões. Seguido de queda brusca para o ano seguinte, com R\$ 3,9 milhões, com um aumento tímido em 2015 e mantendo-se em baixa entre 2016 e 2017, neste último ano o repasse foi inferior ao ano de 2001, quando iniciou a série histórica.

Comparando a evolução dos repasses para o estado e o polo verifica-se apenas para os anos de 2001, 2006 e 2012 que os repasses destinados a este último foram a maioria do montante recebido pelo estado, sendo 60%, 62,8% e 61,9% respectivamente. Nos outros anos, a maioria dos repasses foi distribuída para o restante do Rio Grande do Norte, representando o interesse do estado em

interiorizar a atividade turística ao financiar a infraestrutura básica para essa atividade.

A linha vermelha, no Gráfico 1, representa os repasses ao Litoral Norte que permaneceram praticamente constantes ao longo do período de 16 anos, não ultrapassando a marca de R\$ 4 milhões em repasses por ano, com uma média anual de R\$ 2,9 milhões. O ápice foi em 2001, quando recebeu R\$ 3,9 milhões, e em 2007, com o segundo maior valor, com R\$ 3,7 milhões. Para esse recorte espacial destacam-se, negativamente, os anos de 2003 e 2004, que não tiveram repasses.

Comparando os repasses ao Litoral Norte com o PCD, verifica-se que para os anos de 2001, 2002, 2014 e 2016 a maioria dos repasses para o PCD teve como destino os municípios do Litoral Norte, com 86,2%, 77,8%, 63,9% e 69% respectivamente. Os demais anos receberam em média 12,4% dos recursos, ou seja, para alguns anos a região do Litoral Norte foi prioritária como destinatária para os repasses, porém, na maioria dos anos, essa área foi secundária neste quesito.

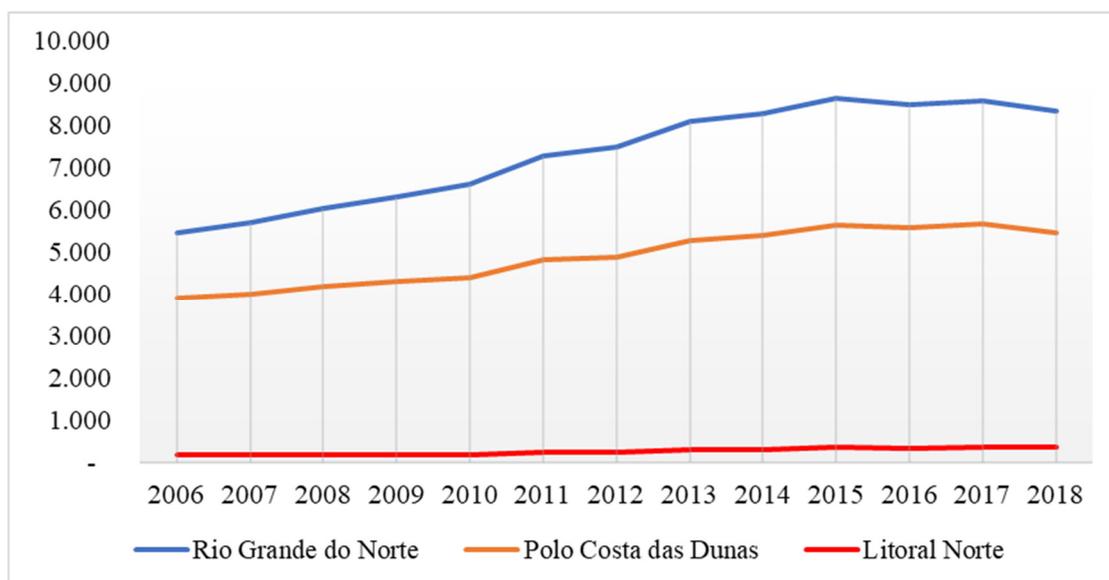
Para mensurar o papel do investimento público no turismo no Litoral Norte a partir dos contratos de repasses para o mercado, recorreu-se à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), no qual foi consultado na série histórica de 2006 a 2018 o número de empresas turísticas e seus vínculos empregatícios. Com o cruzamento destes dados, verificou-se o tamanho dos negócios de acordo o número de vínculos com uma variável de zero a 1000 ou mais.

A partir do cruzamento dos dados do Siacor com a Rais é possível verificar o papel do estado na atração de empresas turísticas. Essas empresas foram identificadas dentro do banco de dados da Rais a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0, que é gerida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta classificação estruturada em cinco níveis, a saber: “1º nível: 21 Seções; 2º nível: 87 Divisões; 3º nível: 285 Grupos; 4º nível: 673 Classes; 5º nível: 1301 Subclasses” (IBGE, 2020a). Para este trabalho foram utilizadas as empresas classificadas no 2º nível para o turismo, sendo aqueles que têm suas atividades em: transporte terrestre; transporte aquaviário; transporte aéreo; alojamento; alimentação; agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas; atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental e as atividades esportivas e de recreação e lazer.

Em relação ao número de empresas turísticas, entre 2001 e 2018, no Rio Grande do Norte, verificou-se um aumento de 152,5%, saindo de 5.478 para 8.352 empresas. Para o PCD o aumento foi de 138,7%, partindo de 3.939 para 5.462. O Litoral Norte, por sua vez, teve o maior aumento proporcional no período observado, com um incremento de 217% no número de empresas, passando de 176 para 382 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). Na composição das empresas turísticas do Rio Grande do Norte, a maioria concentra-se no PCD, em média 67% delas por ano no período observado. Para o estado, as empresas do Litoral Norte representam, na média por ano, apenas 3,7% e para o PCD elas representam na

média, por ano, 5,5%. A evolução no número das empresas turísticas pode ser acompanhada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução do número de empresas turísticas no Rio Grande do Norte de 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério do Trabalho (2020).

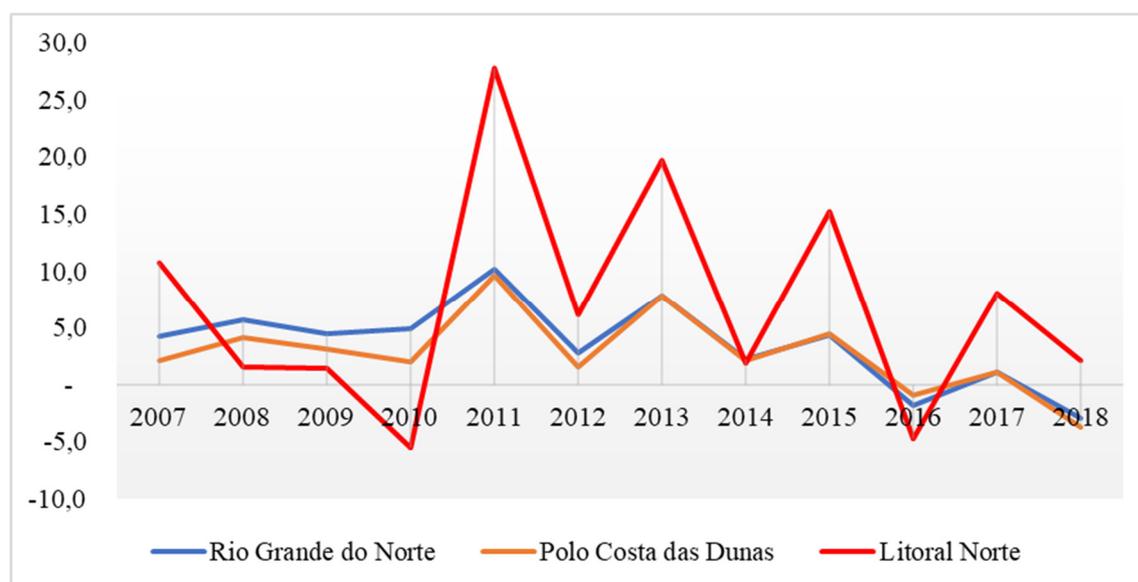
A dinâmica das empresas turísticas do Rio Grande do Norte, representada no Gráfico 2 pela linha azul, ocorreu de modo paralelo à evolução do número das empresas do Polo Costa das Dunas, representada pela linha laranja, apresentando uma curva ascendente até o ano de 2015. Para o Rio Grande do Norte com 8.655 empresas, em 2016, para o polo, com 5.654 empresas, iniciando o declínio após esse período, respectivamente.

O declínio no número de empresas de turismo, a partir de 2014 coincide com a queda dos contratos de repasses, apresentado no Gráfico 1, período que iniciou a mais recente crise econômica brasileira. Nesse sentido, reafirma-se a participação do estado como um fator essencial para a materialização do turismo no lugar, uma vez que, na medida em que o estado reduz o número de contrato de repasses, também diminui a presença das empresas turísticas, podendo aumentar o setor informal do turismo e a respectiva expansão do circuito inferior da economia, estabelecendo uma nova lógica para o território usado pelo turismo.

A evolução do número de empresas para o Litoral Norte, representada pela linha vermelha no Gráfico 2, segue o mesmo padrão da evolução dos contratos repasses para a região, sem oscilações significativas durante a série histórica. E ao contrário do que se observa para o Rio Grande do Norte e o Polo Costas Dunas, esta região não apresentou declínio no número de empresas turísticas partir de 2015, uma vez

que o ápice de sua curva de crescimento foi o ano de 2018, com 382 empresas. Apesar de ter o menor número de empresas turísticas para o período observado, a região é o substrato que apresenta a mais alta taxa média de crescimento anual (7% ao ano), enquanto para o Rio Grande do Norte esta taxa é de 3,6% e para o PCD é de 2,8%. O Gráfico 3 apresenta a evolução desta taxa, com o mesmo esquema de cores do gráfico anterior.

Gráfico 3 – Evolução da taxa de crescimento das empresas turísticas no Rio Grande do Norte de 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério do Trabalho (2020).

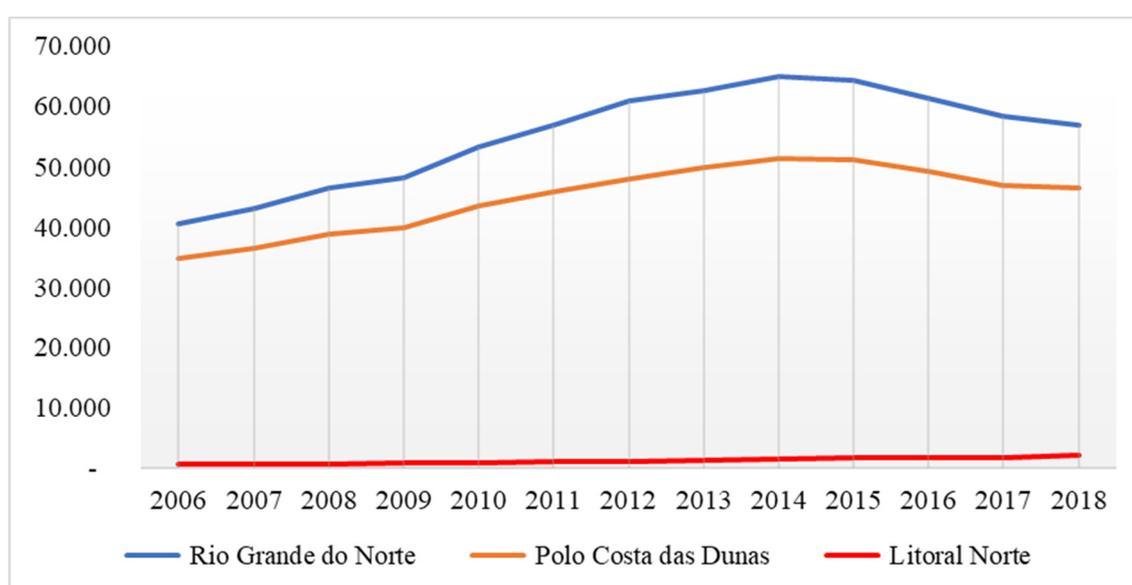
A taxa de crescimento das empresas turísticas do Litoral Norte apresentou um padrão negativo entre 2007 e 2010, o valor mais baixo da série, seguido de um súbito aumento para o ano seguinte, com oscilações a partir deste período, fechando em queda. As taxas do Rio Grande do Norte e do Polo Costa das Dunas apresentam o mesmo sentido, sobrepondo-se em alguns anos, seguindo um movimento decrescente entre 2008 e 2010, atingindo o ápice em 2011, seguindo alternando entre queda e aumento até 2015, quando a taxa segue um caminho decrescente, apresentando valor negativo em 2018, sendo -2,9% para o estado e -3,7% para o polo.

Em relação ao número de empregos no setor turístico, verifica-se o mesmo padrão de evolução das empresas do segmento. Entre 2001 e 2018, no Rio Grande do Norte, verificou-se um incremento de 140,4%, saindo de 40.631 para 57.053 vínculos, com uma taxa média de crescimento anual de 3%. No PCD houve um aumento de 133,5%, partindo de 34.839 para 46.512, com uma taxa média de crescimento de 2,5%. No Litoral Norte, por sua vez, aconteceu o maior aumento

proporcional no período observado, com um incremento de 272,5% no número de vínculos, saltando de 763 para 2.081, com uma taxa média de crescimento anual de 9% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Na composição do número de empregos turísticos do Rio Grande do Norte, a grande maioria, em média anual para período de 81,5%, concentra-se no PCD. Para o estado, os empregos do Litoral Norte representaram, na média anual, apenas 2,3%, enquanto para o PCD eles foram 2,8%. A evolução no número de postos formais de trabalho pode ser acompanhada no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Evolução do número de empregos turísticos do Rio Grande do Norte de 2001 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Os empregos turísticos, na média anual para período de 81,5%, concentraram-se no Polo Costa das Dunas, em função disso, a evolução do crescimento desses empregos para o estado, representado no Gráfico 4 pela linha azul, e do polo, representado pela linha laranja, seguem exatamente a mesma tendência de crescimento, com o ápice da curva no ano de 2015, quando o número de empregos para o estado era de 64.537, e para o polo, 51.369.

O padrão de evolução das empresas se repete nos empregos, declinando a partir de 2016, representando para o período de 2015 a 2018 uma queda 11,6% no Rio Grande do Norte e 9,5% no Polo Costa das Dunas. A redução real foi de 7.956 e 4.910 empregos turísticos respectivamente. Essa realidade de redução faz parte do contexto de crise econômica vivenciado no Brasil. Em 2018 havia 12,15 milhões de desempregados no Brasil, sendo que 205 mil estavam no Rio Grande do Norte (IBGE, 2020b).

Mesmo com um cenário negativo, com o número de empregos formais caindo, o Litoral Norte, representado no gráfico pela linha vermelha, seguiu um padrão evolutivo de crescimento, inclusive entre 2015 e 2018, quando houve aumento em 24,5% no número de vínculos, representando um incremento de 410 postos de trabalho em empresas turísticas.

Com número de estabelecimentos e vínculos presentes no banco de dados da RAIS não é possível identificar, com precisão, quais dessas empresas compõem o circuito superior e inferior do turismo, porém, é possível inferir a partir do número de vínculos por estabelecimentos. Desse modo, no cruzamento dessas duas matrizes, as variáveis zero empregados e um a quatro funcionários foram consideradas como circuito inferior, pois são pequenos estabelecimentos. As variáveis de cinco a nove; de 10 a 19; de 20 a 49 foram consideradas como estabelecimentos do circuito superior marginal, pois são de porte médio ou grande que atuam na mesma lógica do circuito superior, porém em menor escala. As variáveis de 50 a 99; de 100 a 249; de 250 a 499; de 500 a 999; 1000 ou mais foram consideradas como circuito superior, pois são empresas de grande porte, cuja existência gira em torno da reprodução ampliada do capital, conforme destaca ao Quadro 1.

Quadro 1 – Correspondência do tamanho dos estabelecimentos aos circuitos da economia urbana aplicados ao turismo

Circuito da economia	Número de funcionários
Inferior	0
	1 a 4
Superior marginal	5 a 9
	10 a 19
	20 a 49
Superior	50 a 99
	100 a 249
	250 a 499
	500 a 999
	Mais de 1000

Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que embora esta não seja uma metodologia completamente precisa para a identificação dos circuitos da economia urbana aplicados ao turismo no lugar, principalmente na transição das variáveis entre circuito inferior e superior marginal, ela pode desvelar a densidade técnica-científica-informacional do território usado pelo turismo. Assim, partindo do princípio de quanto maior é a concentração das empresas do substrato superior marginal e superior, maior é a densidade e o desenvolvimento econômico pelo turismo. Bem como, quanto maior é a presença do circuito inferior, menor é esta densidade e o desenvolvimento econômico.

A composição do número de empresas turísticas por quantidade de empregos em 2018 pode ser conferida na Tabela 1. A maioria das empresas do Rio Grande do Norte (52%) e do Polo Costa das Dunas (49%) têm de um a quatro vínculos. No Litoral Norte, a maioria das empresas não possuem empregados, correspondendo a 49%. Ou seja, o território usado pelo turismo é predominantemente composto por empresas que fazem parte do circuito inferior do turismo e o Litoral Norte é o que apresenta a menor densidade técnica-científica-informacional.

Tabela 1 – Empresas de turismo por número de vínculos empregatícios do Rio Grande do Norte em 2018

Tamanho da empresa	Rio Grande do Norte	Polo Costa das Dunas	Litoral Norte	Circuito
0 empregado	4.067	2.408	188	Inferior
De 1 a 4	2539	1708	131	
De 5 a 9	843	616	38	Superior marginal
De 10 a 19	522	407	10	
De 20 a 49	280	232	12	
De 50 a 99	50	44	2	Superior
De 100 a 249	38	35	0	
De 250 a 499	11	10	1	
De 500 a 999	2	2	0	
1000 ou mais	0	0	0	
Total	8.352	5.462	382	-

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Ajustando o dimensionamento do território usado pelas empresas de turismo em 2018 a partir do agrupamento das empresas em circuito inferior, superior marginal e superior apresentado na Tabela 1, observa-se que a grande maioria das empresas pertencem ao circuito inferior, sendo 79,1% para o estado, 75,4% para o polo e 83,5% para a região. O circuito superior marginal aparece segundo lugar, com 19,7%, 23% e 15,7% respectivamente. O circuito superior representa a minoria, 1,2% para o Rio Grande do Norte, 1,67% para o Polo Costa das Dunas e 0,8% para o Litoral Norte. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

No substrato de 500 a 999 funcionários, o Rio Grande do Norte possui apenas duas empresas e ambas estão localizadas no Polo Costa das Dunas. O Litoral Norte conta com apenas três empresas classificadas como como circuito superior, duas com 50 a 99 vínculos e uma no nível de 250 a 499 empregados, representando 0,7% das empresas do território.

Apesar do Litoral Norte ser uma região do Polo Costa das Dunas com características econômicas, sociais e turísticas parecidas entre seus municípios, é necessário analisar as variáveis que compõem a tríade do território usado pelo turismo. Elas estão diretamente relacionadas com o processo de transformação do lugar em lugar turístico, o estado, o mercado e os turistas em cada um dos municípios dessa região – Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim e Extremoz –, compreendendo o papel que o turismo desempenha na produção e organização do espaço e para o desenvolvimento econômico das referidas cidades.

O nível de território usado pelo turismo no Litoral Norte

Embora o Litoral Norte seja a região do PCD com os piores indicadores sociais, econômicos e turísticos, não se trata de uma área homogênea, tendo disparidades entre seus sete municípios, em que para cada um o turismo possui uma importância específica na composição do território usado. Levando em consideração os dados das variáveis utilizadas para a analisar o processo de transformação dos lugares turísticos desses municípios, contratos de repasse, empresas e vínculos turísticos e demanda turística é possível compor um índice para avaliar, no quadro comparativo, o nível do território usado pelo turismo em cada município.

O índice do território usado pelo turismo (Itut) tem como referência de 100% para a variável com o valor máximo atingindo entre os sete municípios para o ano em análise, utilizando as seguintes variáveis: número de empresas turísticas; empregos turísticos, demanda turística para o ano analisado e a somatória para o período de 2001, primeiro ano dos contabilizados no Siacor, até o ano analisado, dos contratos de repasses. Tendo em vista que cada município é assimétrico em relação ao seu

tamanho, cada componente do índice será balanceado pela projeção do número de habitantes para o ano analisado

O Itut é composto pela média ponderada dos indicadores do mercado, composto pelas empresas e empregos turísticos, cada um com peso 1, que na somatória possui peso 2, que são elementos centrais para o território usado; do Estado, composto pelos contratos de repasses, com peso 1, responsável direto pela infraestrutura turística; e dos Turistas, composto pela demanda turística, com peso 3, partindo do princípio que esses são os principais atores na origem do lugar turístico, pois sem o interesse da visitação, ele deixa de existir. O Itut, desse modo, é obtido pela Fórmula 1, onde “epsT” são as empresas turísticas, “epgT” empregos turísticos, “cr” contratos de repasses e “dt” demanda turística.

Fórmula 1 - Índice do território usado pelo turismo – ITUT

$$ITUT = \frac{(epsT \times 1) + (epgT \times 1) + (cr \times 1) + (dt \times 3)}{6}$$

Fonte: Elaboração própria.

O cálculo das empresas turísticas, epsT é obtido em duas etapas. A primeira etapa é o resultado da média ponderada das variáveis¹ dos setores transporte terrestre (tt), transporte aquaviário (ta), agências de viagem (av), atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental (aca) e atividades esportivas (ae) com peso 1 e alimentação (alt) com peso 2, pois é o segundo tipo de atividade mais importante para o turismo, e alojamento (alj), com peso 3, a atividade mais importante para o seguimento. Após obter esse valor, ele é balanceado, sendo dividido pelo número de habitantes (hab) da projeção do ano em análise, a cada 1000 habitantes. A segunda etapa é a padronização do resultado na escala de 0 a 100 por meio de uma regra de três a partir do valor referência (vrepst), que é obtido pelo maior valor obtido na etapa 1 entre os sete municípios analisados, conforme apresenta a Fórmula 2.

¹ A variável transporte aéreo não é considerada para compor o cálculo das empresas e empregos turísticos porque nenhum município do Litoral Norte obteve valor positivo para ela em 2017.

Fórmula 2 – Cálculo das empresas turísticas – epsT

$$\text{Etapa 1 epsT} = \frac{(tt \times 1) + (ta \times 1) + (av \times 1) + (aca \times 1) + (ae \times 1) + (alt \times 2) + (alj \times 3)}{10}$$

$$\text{Balanceamento} = \text{Etapa 1 epsT} / (\text{hab} \div 1000)$$

$$\text{Etapa 2 epsT} = (\text{etapa 1 epsT balanceada} \times 100) / \text{vrepst}$$

Fonte: Elaboração própria.

O cálculo dos empregos turísticos (epgT) é obtido com o mesmo cálculo das empresas turísticas, em duas etapas. A primeira etapa é o resultado da média ponderada das variáveis dos setores transporte terrestre (vtt), transporte aquaviário (vta), agências de viagem (vav), atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental (vaca) e atividades esportivas (vae), com peso 1, e alimentação (valt) com peso 2, e alojamento (valj), com peso 3. Após obter esse valor, ele é balanceado sendo dividido pelo número de habitantes (hab), da projeção do ano em análise, a cada 1000 habitantes. A segunda etapa é a padronização do resultado na escala de 0 a 100 por meio de uma regra de três, a partir do valor referência (vrepT), que é alcançado pelo maior valor da etapa 1 entre os sete municípios analisados, conforme apresenta a Fórmula 3.

Fórmula 3 – Cálculo das empresas turísticas – epgT

$$\text{Etapa 1 epgT} = \frac{(vtt \times 1) + (vta \times 1) + (vav \times 1) + (vaca \times 1) + (vae \times 1) + (valt \times 2) + (valj \times 3)}{10}$$

$$\text{Balanceamento} = \text{Etapa 1 epgT} / (\text{hab} \div 1000)$$

$$\text{Etapa 2 epgT} = (\text{etapa 1 epgT balanceada} \times 100) / \text{vrepT}$$

Fonte: Elaboração própria.

O componente do Estado, o contrato de repasses (cr), representa a somatória do contrato de repasses do município (crm) de 2001 até o ano de análise e balanceado pelo número habitantes (hab), da projeção do ano em análise, a cada 1000 habitantes, seguido da padronização do resultado na escala de 0 a 100, por meio de uma regra de três a partir do valor referência (vrer), que é obtido pelo maior valor da etapa 1 entre os sete municípios analisados, conforme apresenta a Fórmula 4.

Fórmula 4 – Cálculo do contrato de repasses – cr

$$cr = crm2001 + crmN + \dots$$

$$Balanceamento = cr / (hab \div 1000)$$

$$cr = (cr \text{ balanceado} \times 100) / vrcr$$

Fonte: Elaboração própria.

O componente turistas, a demanda turística (dt), é obtido em duas etapas. A primeira é o resultado da média ponderada da demanda turística para o ano de referência, no qual a demanda internacional (di) possui peso 2, uma vez que esse setor, apesar de ser em menor proporção, é o que possui o maior poder de consumo, com maior impacto no processo de transformação dos lugares turísticos onde esta demanda é maior, e a demanda nacional (dn), com peso 1. Após obter esse valor, ele é balanceado dividindo pelo número de habitantes (hab), da projeção do ano em análise, a cada 1000 habitantes. A segunda etapa é a padronização do resultado na escala de 0 a 100, por meio de uma regra de três, a partir do valor referência (vr_{dt}), que é obtido pelo maior valor obtido na etapa 1 entre os sete municípios analisados, conforme apresenta a Fórmula 5.

Fórmula 5 – Cálculo da demanda turística – dt

$$Etapa 1 dt = \frac{(di \times 2) + (dn \times 1)}{3}$$

$$Balanceamento = etapa 1 dt / (hab \div 1000)$$

$$Etapa 2 dt = (dt \text{ balanceado} \times 100) / vr_{dt}$$

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos resultados do Itut, que vai de 0 a 100, é possível avaliar o nível do território usado pelo turismo em cada município do Litoral Norte a partir do quadro comparativo entre eles. Isso partindo do princípio de que quanto maior a presença de empresas e empregos turísticos, contratos de repasse e a demanda turística, maior será o nível do território usado pelo turismo, com a presença de lugares turísticos com maior densidade técnica-científica-informacional e diversidade de comércios e serviços para atender a necessidade de consumo dos turistas. O Quadro 2 apresenta

as principais características para os quatro níveis do Itut, o primeiro no intervalo de 75,1-100, o segundo de 50,1-75, o terceiro de 25,1-50 e o último de 0-25.

Quadro 2 – Característica principal por intervalo do Índice de Território Usado pelo Turismo

Nível	Valor de referência	Característica principal
1	75,1 – 100	O turismo é uma das (ou a mais) importantes atividades para a economia, com uma presença articulada entre o estado, o mercado e turistas, resultando em lugares turísticos com infraestrutura necessária para desenvolver a atividade no município.
2	50,1 – 75	Embora o turismo seja importante para a economia municipal, com uma articulação mediana entre o estado, o mercado e turistas, a ausência ou insuficiência de uma dessas variáveis resulta em lugares turísticos com uma infraestrutura deficitária, podendo ser insuficiente para atender ou atrair demanda turística.
3	25,1 – 50	O turismo quase não contribui para a economia municipal, com pouca ou nenhuma articulação entre o estado, o mercado e turistas, resultando em lugares turísticos com pouca infraestrutura para atender a demanda turística.
4	0 – 25	O turismo é praticamente ausente, e quando está presente é insignificante para a economia municipal, com ausência completa ou parcial do estado, do mercado ou dos turistas, com lugares turísticos, quando presente, sem infraestrutura para atender a demanda turística

Fonte: Elaboração própria.

Para aplicar o Itut no Litoral Norte adotou-se 2017 como ano de referência, pois é o ano que possui dados para todas as variáveis necessárias para compor o índice. Nas primeiras etapas dos cálculos – já como balanceamento pelo número de habitantes e os componentes do $epsT$ e $epgT$ –, São Miguel do Gostoso obteve os melhores resultados, constituindo-se como valor de referência. Em relação aos cr , o melhor resultado ficou com Pedra Grande, tornando-se referência, e para o último componente dt ficou a cargo de Touros a primeira posição de referência, conforme destaca a Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados da primeira etapa dos cálculos do Itut do Litoral Norte, 2017

Município	$epsT$	$epgT$	cr	dt
Pedra grande	14,6	13,5	100,0*	-
São Miguel do Gostoso	100,0*	100,0*	78,9	99,5
Touros	13,1	17,4	2,4	100,0*
Rio do Fogo	12,3	12,6	2,3	46,7
Maxaranguape	24,1	45,4	95,2	88,4
Ceará-Mirim	10,8	9,8	15,5	51,3
Extremoz	18,6	16,8	53,1	99,2

* Valor de referência para a variável.

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério do Trabalho (2020), Brasil (2018, 2019).

A partir dos valores de referência, é possível finalizar os cálculos do Itut para o ano de 2017, no qual a primeira posição ficou com o município de São Miguel do Gostoso, com Itut de 96,2, e a mais baixa com o seu vizinho ao norte, Pedra Grande, com 21,4. A Tabela 3 apresenta o Itut do Litoral Norte, em ordem decrescente, para o ano de 2017.

Tabela 3 – Índice do território usado pelo turismo no Litoral Norte, 2017

Município	Itut	Nível
São Miguel do Gostoso	96,2	1
Maxaranguape	71,6	
Extremoz	64,3	2
Touros	55,5	
Ceará-Mirim	31,7	3
Rio do Fogo	27,9	
Pedra Grande	21,4	4

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério do Trabalho (2020), Brasil (2018, 2019).

De acordo com Itut, o Litoral Norte possui um município no nível mais alto (São Miguel do Gostoso), sendo esse com o melhor nível para o território usado pelo turismo. Isso é visível na paisagem urbana do município, que desde o seu processo de emancipação político teve a atividade turística como projeto econômico para o seu desenvolvimento.

No segundo nível, em ordem decrescente, estão os municípios de Maxaranguape, Extremoz e Touros, nesta ordem. Maxaranguape está próximo de avançar para o segundo nível do Itut, em função da participação econômica do turismo para o município, estando presente na sede municipal, na praia da Barra de Maxaranguape, além da praia de Maracajaú, com o Ma-Noa Park² e com passeio e mergulho aos parrachos³, sendo um destino essencial no roteiro turístico do Litoral Norte.

A atividade turística em Extremoz está limitada ao seu litoral, principalmente nas dunas e praia de Jenipabu, que tem no passeio de *buggy* e de dromedário um dos principais símbolos da atividade turística comercializada em Natal, fazendo parte dos pacotes básicos dos roteiros. Porém, não possui uma boa oferta de empresas de alojamento, sendo desta forma um município em que atividade turística só funciona no período diurno, com lugares turísticos de visitação, não de hospedagem.

² Um parque aquático com serviço de hospedagem.

³ Formação dos recifes de corais existentes na região, no qual formam piscinas naturais, propiciando a prática de mergulho.

Os resultados do Itut de Touros, 55,5, são para o ano de 2017, não contabilizando o *resort hotel all inclusive* Vila Galé, a maior empresa turística do Litoral Norte, que acrescentou, em 2018, 285 empregos em hospedagem e 40 no setor de alimentação. Ao projetar o Itut de 2018 obteve-se o valor de 60, porém, ainda pertencendo ao nível 3. Apesar da presença do hotel português ter incrementado o número de empregos, não aumentou a demanda turística para 2019, além do que o município teve o segundo menor valor em contratos de repasses para a região. No momento, o turismo é uma atividade que contribui para sua economia municipal, principalmente a partir de 2018, embora ainda tenha dificuldades na atração de demanda turística, sobretudo a internacional, e pouca articulação com subsídios estatal para o setor.

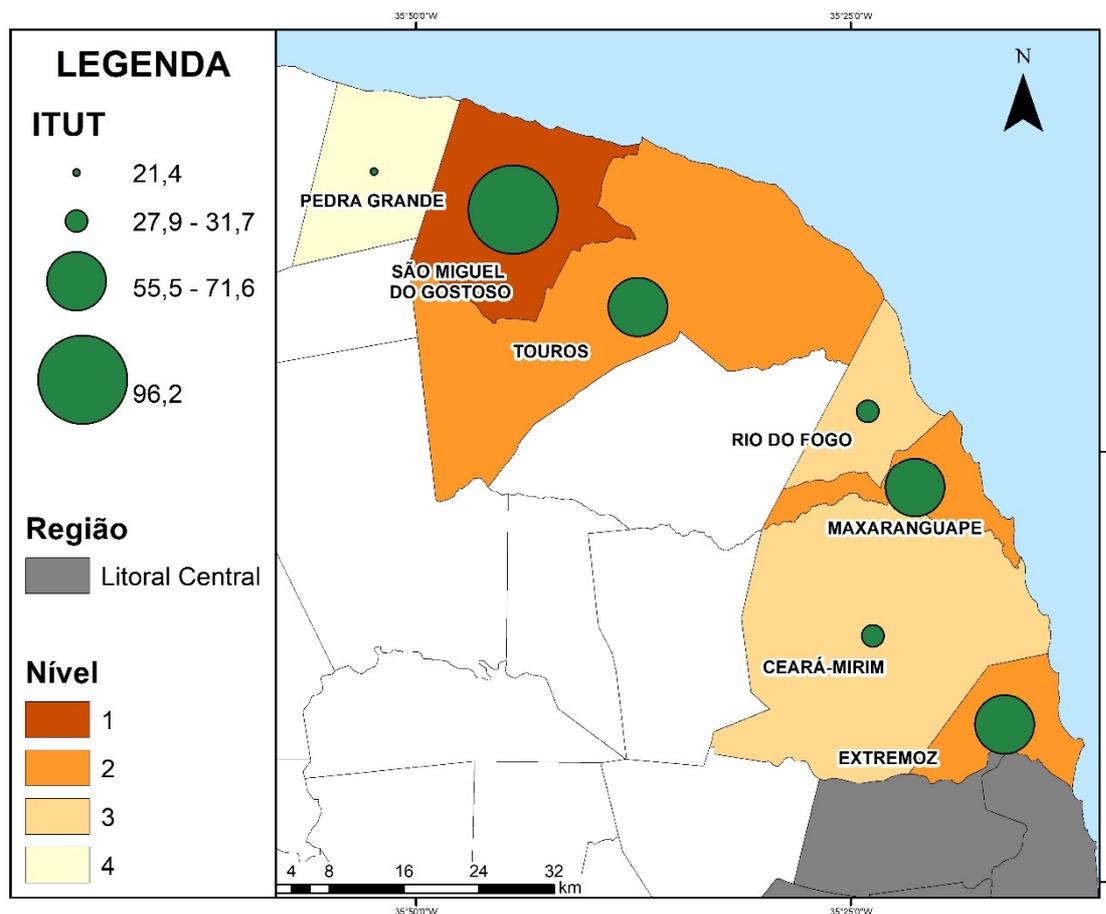
O município de Ceará-Mirim, apesar de ter os maiores valores para a demanda turística, e número de empresas e empregos turísticos e o terceiro maior de valor em repasses entre os municípios do Litoral Norte, o seu Itut é baixo, classificado no nível 3, em função do balanceamento pelo número de habitantes. Tendo, desta forma, um baixo desempenho na escala por mil habitantes entre as variáveis selecionadas, ou seja, apesar de possuir atividade turística, essa tem pouca contribuição para a dinâmica econômica do município.

Rio do Fogo, com segundo Itut mais baixo, porém ainda classificado no nível 3, é o município mais pobre do Litoral Norte, como uma atividade turística praticamente inexistente, sem presença relevante das variáveis selecionadas. Desta forma, tem seu território usado pelo turismo praticamente inexistente, com exceção de alguns quiosques e barracas na praia de Zumbi.

O Litoral Norte tem apenas um município na pior classificação do Itut, nível 4, justamente Pedra Grande. Apesar de ter melhor índice em relação dos contratos de repasses por mil habitantes da região, R\$ 505.512,51, o município não é turístico, uma vez que detém uma presença inexpressiva de empresas e empregos desse setor, e não tem demanda turística. Não tendo um território usado pelo turismo, uma característica confirmada pelo trabalho de campo que não registrou infraestrutura para esta atividade em sua praia de Enxu Queimado.

O Mapa 2 apresenta a distribuição dos Itut para Litoral Norte no ano de 2017, representado por tons de vermelho – quanto mais escuro mais alto é o nível do índice.

Mapa 2 - Índice do Território Usado pelo Turismo no Litoral Norte em 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério do Trabalho (2020), Brasil (2018, 2019).

O território usado pelo turismo para região do Litoral Norte não se materializa de forma homogênea, sendo mais importante para o desenvolvimento econômico para alguns pontos do território e completamente inexpressiva para outros. Neste cenário, São Miguel do Gostoso emerge como o único município turístico da região. Para Maxaranguape, Extremoz, Touros e Ceará-Mirim, a atividade turística é importante para o desenvolvimento econômico, mas pontual em determinadas áreas de seu território, principalmente para este último, que no balanceamento pelo número de habitantes, a atividade torna-se praticamente invisível em seu cenário econômico.

Em Rio do Fogo, o território usado pelo turismo é inexistente, não contribuindo para o desenvolvimento econômico. Em Pedra Grande, esta atividade é inexistente, não havendo motivo, neste sentido, para este município integrar o Polo Costa das Dunas, pois ao longo do período observado não foram criadas medidas para integrá-lo na rede de lugares turísticos da região.

Considerações finais

O Litoral Norte é composto por sete municípios (Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso e Pedra) que possuem características sociais e econômicas semelhantes. Entretanto, o território usado pelo turismo manifesta-se de modo particular em cada um deles. Para mensurar o papel econômico desempenhado pelo turismo nos nesses municípios, recorreu-se aos dados das empresas e empregos, formais, em turismo da RAIS, para o período de 2006-2018; dos repasses públicos agrupados no Siacor, no período de 2001-2017, e do Mapa do Turismo Brasileiro, do período de 2016-2019.

A partir desses dados, verificou-se a assimetria da participação do Litoral Norte em relação ao Polo Costa das Dunas e ao estado, uma vez que essa região interna tem pouca representatividade nos indicadores selecionados. Para o ano de 2018, as empresas turísticas do Litoral Norte representavam 7% do total para o polo e 4,6% para o estado, e os empregos formais em empresas turísticas, 4,5% e 3,6%, respectivamente (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). A mesma tendência é verificada para a demanda turística total para o ano de 2019, que em relação ao polo ela representava 3,1% do total e 2,4% para o estado (BRASIL, 2020). Nos contratos de repasses públicos, a representatividade é um pouco maior, correspondendo a 39,2% do total do polo para a somatória para da série analisada, 2001-2017, e 11,6% para o estado.

Essas características impõem aos lugares turísticos do Litoral Norte pouca competitividade na captação de demanda turística total. Em relação ao Litoral Central, reforçando a necessidade da emissão derivada de turistas que estão hospedados em Natal, predominando nessa região interna um cenário de pouca atração de investimentos turísticos do circuito superior, sobrepujando a presença de locais turísticos do circuito inferior pelos municípios que compõem o Litoral Norte.

A partir da análise pontual desses indicadores turísticos por município do Litoral Norte em associação ao conjunto das informações coletadas durante as visitas a campo, foi possível ponderar sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento socioespacial de cada município, onde foi possível verificar que, para alguns deles, apesar da pouca representatividade à nível de polo e de Rio Grande do Norte, o turismo desempenha um papel relevante para a economia municipal, como para São Miguel do Gostoso, Maxaranguape, Extremoz e Touros.

Com base nos indicadores selecionados para analisar o território usado pelo turismo nos municípios do Litoral Norte aplicou-se uma metodologia comparativa para mensurar o peso da atividade turística para esses municípios, por meio da composição do Índice do Território Usado pelo Turismo, no qual estabeleceu quatro níveis de território usado pelo turismo para o ano de 2017.

Na análise comparativa, São Miguel do Gostoso é o município que se encontra no maior nível de território usado pelo turismo (1), seguido dos municípios de Maxaranguape, Extremoz e Touros, no nível 2. Nesses municípios estão os lugares turísticos com maiores densidade técnica-científica-informacional, como o centro de São Miguel do Gostoso, um *resort* na praia das Garças, em Touros; a praia de Maracajuá em Maxaranguape; e a praia de Jenipabu, em Extremoz.

Os municípios de Ceará-Mirim e Rio do Fogo ocupam o nível 3, registrando atividade turística em seu litoral, mas com pouca representatividade no desenvolvimento municipal. Pedra Grande foi o único no nível 4, o que evidencia que este não possui um território usado pelo turismo, apesar de integrar o Polo Costa das Dunas. Durante a pesquisa de campo não foi identificado nenhum lugar turístico em seu litoral, fato corroborado ao levar em consideração a sua demanda turística, pois esse é o único município do Litoral Norte que não possui demanda turística (BRASIL, 2020).

Para que a atividade turística possa contribuir de modo mais equitativo para o desenvolvimento regional do Litoral Norte, é preciso focar em políticas públicas voltadas para o fortalecimento de infraestruturas e na atração de empreendimentos e turistas nos municípios com os menores indicadores de território usado pelo turismo, como Ceará-Mirim, Rio do Fogo e, principalmente, Pedra Grande. Deste modo, será possível compreender o turismo enquanto atividade econômica na região interna do Polo Costa das Dunas, contribuindo para o desenvolvimento econômico municipal.

Referências

ALMADA. José Alexandre Berto de. **Situações geográficas em movimento nas praias da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu: das ideologias ambientais ao território usado pelo circuito inferior do turismo.** Dissertação (mestrado em geografia), UFRN: Natal, 2015.

ALMADA. José Alexandre Berto de. O turismo no Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, v. 31, n. 2, 2019, p. 241-262.

ALMADA. José Alexandre Berto de. Abordagem geográfica do Polo Costa das Dunas/RN. **Geopauta**, [S.l.], v. 4, n. 1, 2020, p. 141-161.

ALMADA. José Alexandre Berto de. A Rede de Lugares Turísticos do Litoral Norte do Polo Costa das Dunas, Rio Grande do Norte. **Caminhos da Geografia**, v. 24, n. 93, 2023, p. 175-195.

BARBOSA, Gilson da Silva. **Genipabu: entre pescadores e bugueiros o confronto de dois mundos**. Monografia (Especialização em História da Cultura). UFRN: Natal, 1996.

BRASIL. **Contratos de Repasse**. 14 de fev. 2018. Disponível em <http://www.dados.gov.br/dataset/siacor>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 11 de nov. 2019. Disponível em <http://www.dados.gov.br/dataset/mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COSTA, Wagner Fernandes; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Lazer, turismo, especulação imobiliária e conflito territorial entre São Miguel do Gostoso e Touros (RN). **RBTur**, São Paulo, 13 (3), 2019, p. 92-104.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Confins**. 44, 2020, p.1-14,

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CNAE 2.0**. 2020a. Disponível em <https://concla.ibge.gov.br/documentacao/cronologia/204-concla/classificacao/por-tema/1365-cnae-2-0.html>. Acesso em: 5 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral: Tabela 4092 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação**. 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4092>. Acesso em: 5 abr. 2020.

IPEA. **Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (SIACOR)**. 2020. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/labgov/inovacoes/cases/67-estrategia-de-monitoramento-analitico-do-plano-brasil-sem-miseria-e-programas-do-mds-3>. Acesso em: 3 abr. 2020.

MATIAS, Esdras Matheus; CARVALHO, Aline Viera de; SOUSA, Plínio Guimarães. Gestão pública e turismo em São Miguel do Gostoso (RN): um estudo de caso. *In: Seminário da ANPTUR*. **Anais...** 2016, p. 1-16.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 24 jan. 2020.

OLIVEIRA, Wagner Araújo; SILVA, Clébia Bezerra. Análise da Imagem dos Turistas quanto ao Desenvolvimento do Turismo em Perobas, Touros-RN. **Turismo em Análise**, v. 27, n. 2, ago., 2016, p. 414-428.

SILVA, Clébia Bezerra da; FERREIRA, Renata Gonçalves; AMARAL, Ricardo Farias. Análise da imagem que turistas e comunidade local têm da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais - APARC (RN). **Caderno Virtual de Turismo**. v. 9, n. 2, 2009, p. 85-102.

Data de submissão: 28/04/2021

Data de aprovação: 13/07/2023

Revisão: Daniela Matthes (português), Emily Camila Batschauer e Mateus Artur Pereira Nuss (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

José Alexandre Berto de Almada

Departamento de Geografia & Programa de Pós-Graduação em Geografia /
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Rua Professor Antônio Campos, s/n, BR 110, Km 48 – Bairro Costa e Silva
59310-090 Mossoró/RN, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7907-2204>

E-mail: joséalmada@uern.br